

## QUESTÃO AGRÁRIA E AS LUTAS CAMPONESAS NO CARIRI CEARENSE

Ana Roberta Duarte Piancó<sup>1</sup>  
Francisco Wlirian Nobre<sup>2</sup>  
Anderson Camargo Rodrigues Brito<sup>3</sup>

### RESUMO

Nesse breve e introdutório percurso histórico, desde a resistência indígena até a luta dos atingidos do Baixo das Palmeiras, para os camponeses há dois caminhos possíveis, ou luta contra o capital ou aceita a subordinação. No Cariri constatamos que a segunda opção foi à escolha de grande parte desse grupo social. O campesinato, portanto, (re)existe simultaneamente as contradições da expansão capitalista apesar de ser submetido as reações imediatas da classe dominante muitas vezes com agressão e violência. Compreendemos, entretanto, que as lutas camponesas estão fragmentadas e relativamente dispersas, talvez a falta de unidade esteja relacionada com a própria diversidade do campo brasileiro e dos sujeitos sociais que o constituem. Parte dessa carência em encontrar uma unidade é fruto do fracasso da via partidária. É certo que o pacto político atuou de modo competente para desarticular o movimento camponês, mas a capacidade de reinvenção mostra que no século XXI as lutas camponesas estão mais vivas do que nunca, por isso optamos por uma interpretação de “(re) existência” das lutas camponesas.

**Palavras Chaves:** Questão Agrária (re) existência, Lutas Camponesas.

### INTRODUÇÃO

A história dos camponeses brasileiros é marcada por lutas e resistências ininterruptas contra todas as formas de expropriação e opressão que o desenvolvimento capitalista produziu. É nesse processo de desconhecimento e de negação das lutas camponesas que nos propomos à elaboração dessa breve discussão teórica evidenciando os principais fatos históricos da formação e das lutas do campesinato brasileiro. Escolhemos como recorte territorial a região sul do estado do Ceará conhecida como o Cariri cearense.

---

<sup>1</sup> Professora do Departamento de Geociências da Universidade Regional do Cariri (URCA), coordenadora do Grupo de Estudo e Pesquisa de Geografia Agrária (GEA), vinculada ao Grupo de pesquisa CNPq: Território, Espaço e Movimentos Sociais.

<sup>2</sup> Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGG da Universidade Federal da Paraíba – UFPB.

<sup>3</sup> Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.

Nesse ambiente de favorabilidade edafo-climática proporcionado pela Chapada do Araripe o processo de formação do campesinato foi influenciada por diferentes sujeitos social que em distintos tempos/espços desenvolveram lutas camponesas. Como necessidade de compreender os questionamentos desse estudo nos apoiamos na metodologia trabalhada em Brito (2016) partindo de uma periodização<sup>4</sup> para compreender a formação e organização dos camponeses que forjaram as lutas camponesas no Cariri durante o avanço do capitalismo.

O autor propôs uma periodização para analisar as transformações territoriais no sul do Ceará partindo da questão agrária e apresentando como chave de interpretação a relação entre Estado, desenvolvimento e conflito. Inspirados em Carlos Walter Porto-Gonçalves o autor fez a opção de utilizar na periodização a expressão, até hoje, que remete a noção de (des)continuidades das investidas capitalistas no território. Quatro períodos são utilizados como base de interpretação ao avanço capitalista no Cariri e tomando como referência essa periodização optamos por esboçar um quadro geral das lutas camponesas expondo alguns momentos marcantes desse processo.

A primeira periodização refere-se ao período compreendido de 1500 até hoje. No Brasil colonial, época de gestação do campesinato brasileiro, a terra era concedida para quem fosse digno e merecedor dela e para as populações nativas a expropriação foi à resposta do colonizador. São mais de 500 anos que os indígenas estão submetidos a um verdadeiro genocídio. No Cariri os indígenas protagonizaram intensas batalhas contra os colonizadores e embora nos falte referenciais históricos as lutas indígenas dos povos *Kariris* serão objeto de reflexão para entender o processo de luta camponesa na região.

A segunda periodização apresenta como marco histórico o ano de 1822 até hoje. A partir do ano em que o Brasil supostamente conseguiu sua independência rompendo com o regime colonial ocorreram em menos de meio século grandes transformações políticas, econômicas e culturais que sacudiram o país, a começar pela extinção do tráfico negreiro e a criação da Lei de Terras em 1850, a abolição da escravidão em 1888 e a Proclamação da República em 1889. Esses episódios desencadearam importantes lutas camponesas tendo o acesso e a permanência à terra como a principal bandeira.

---

<sup>4</sup> Tal periodização segue orientações dos estudos sobre o Brasil com utilização da teoria regulacionista que apresenta oposição a uma concepção de tempo lógico e cíclico. Para saber mais sobre a teoria regulacionista recomendamos Andreas Novy (2002); Mascaro (2013).

No Cariri entre as vítimas do poder do latifúndio o messianismo alicerçado na figura do beato José Lourenço e sua comunidade conhecida como o Caldeirão da Santa Cruz do Deserto e o banditismo social personificados num grupo de cangaceiros denominado os Marcelinos foram dois entre os inúmeros caminhos de lutas camponesas. Nesses dois casos, tanto os fanáticos que seguiam o beato José Lourenço como o bando que constituía os Marcelinos foram brutalmente assassinados em nome da lei e da ordem.

Estratégias mais pacíficas também ocorreram nesse período como a vitoriosa greve dos moradores de engenho de Crato. Essas ações foram se intensificando no século XX e sem romper com os traços do coronelismo, do banditismo social e do messianismo os camponeses passaram a se organizar por vias políticas evoluindo para o associativismo e sindicalismo que marcou a terceira periodização que defendemos.

O marco inicial da terceira periodização que ora defendemos corresponde ao ano de 1930 até hoje. Contraditoriamente o período de referência da ascensão burguesa foi por excelência uma época de formação e consolidação do campesinato brasileiro enquanto classe social. Novas formas de organização foram surgindo na luta camponesa e diferentes sujeitos sociais do campo; pequenos proprietários, arrendatários, posseiros, agregados, trabalhadores rurais assalariados foram desenvolvendo um processo de organização política.

A Igreja Católica e o Partido Comunista do Brasil foram importantes personagens na história contemporânea do campesinato brasileiro e em 1964 quando ocorre o golpe militar parte considerável dos camponeses já estavam sindicalizados com apoio direto ora da igreja ora do partido que disputavam a hegemonia do movimento camponês. Foi nesse quadro de intensa agitação no campo com perseguição brutal a qualquer tentativa de organização social que as Ligas Camponesas apresentaram o caminho da revolução camponesa e da reforma agrária radical como principal luta contra o que eles chamavam de ditadura burguesa subserviente ao imperialismo.

A quarta periodização é demarcada no ano de 1986, ano em que o Governo do Estado do Ceará é assumido pela racionalidade política neoliberal. A construção do chamado Novo Mundo Rural apresenta um conjunto de políticas para a questão agrária que marginaliza e criminaliza o camponês. A resposta ao ataque vem rápida quando ainda na década de 1990, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, o

Movimento Sem Terra – MST se territorializa por todas as regiões do país através de ocupações que resulta em novos assentamentos.

No Cariri essas ocupações originaram o assentamento 10 de Abril na cidade de Crato, a área que havia sido ocupada pela comunidade da Santa Cruz do Deserto do beato José Lourenço se constitui hoje em um importante território de luta, de vida, de trabalho, de diversidade e de sustentabilidade socioambiental. Passados 36 anos da bem sucedida ocupação, produzindo cultivos orgânicos e comercializando na feira agroecológica na cidade de Crato.

Os camponeses do Assentamento 10 de Abril lutaram para entrar na terra já os camponeses do Baixio das Palmeiras lutam para permanecer na terra. É nesse território que vem se travando a mais importante luta camponesa no Cariri cearense na atualidade. A luta nesse caso se refere ao enfrentamento de uma grande obra hídrica que vem expropriando os camponeses com agressão, violência e todo tipo de coerção e violação de direitos.

Nesse breve e introdutório percurso histórico, desde a resistência indígena até a luta dos atingidos do Baixio das Palmeiras, para os camponeses há dois caminhos possíveis, ou luta contra o capital ou aceita a subordinação. No Cariri constatamos que a segunda opção foi a escolha de grande parte desse grupo social. O campesinato, portanto, (re)existe simultaneamente as contradições da expansão capitalista apesar de ser submetido as reações imediatas da classe dominante muitas vezes com agressão e violência.

Compreendemos, entretanto, que as lutas camponesas estão fragmentadas e relativamente dispersas, talvez a falta de unidade esteja relacionada com a própria diversidade do campo brasileiro e dos sujeitos sociais que o constituem. Parte dessa carência em encontrar uma unidade é fruto do fracasso da via partidária. É certo que o pacto político atuou de modo competente para desarticular o movimento camponês, mas a capacidade de reinvenção mostra que no século XXI as lutas camponesas estão mais vivas do que nunca, por isso optamos por uma interpretação de “(re)existência” das lutas camponesas.

## **De 1500 até 1889**

A história oficial do Brasil, contada a partir da chegada do colonizador, foi marcada por um genocídio dos povos originários. Com a expansão dos colonizadores

ocorreu um grande conflito envolvendo enorme quantidade de povos que lutaram contra a invasão do seu território e a escravidão. Andrade (1989, p.9) explica que no Nordeste do Brasil a ocupação dos sertões se deu através de guerras sangrentas, o maior conflito foi conhecido como a Guerra dos Bárbaros, ocorrida no final do século XVII se estendendo até o século XIII.

[...] os Cariris confederados em numerosas tribos, que destruíram fazendas de gado na área ocupada pela pecuária. O avanço dos pecuaristas fizera recuar os índios para as áreas montanhosas e os privara dos terrenos de caça. Os indígenas, por sua vez, caçadores por excelência, encontrando em suas terras os bovinos e caprinos trazidos pelos fazendeiros, passaram a caçá-los como caçavam os animais silvestres, provocando a reação dos fazendeiros, que os acusavam de roubar os animais. Dai veio a luta, que durou cerca de 41 anos (1683 a 1724) e só foi concluída com a vitória dos fazendeiros, que contataram bandeirantes paulistas, familiarizados com a caça ao índio, para os defender.

Após a vitória os colonizadores decapitavam os guerreiros indígenas e recolhiam os velhos, mulheres e crianças das aldeias e entregavam aos missionários que depois de catequisados ajudaria nos trabalhos agrícolas dos dominadores. Provocar o ódio entre as diferentes etnias indígenas, dividindo-os e muitas vezes inserindo em suas próprias guerras foi uma das mais eficientes estratégias utilizadas pelos colonizadores.

Na região sul do Ceará a favorabilidade ambiental foi um atrativo para que diferentes grupos indígenas transitassem e vivessem na região. Os *Kariris* que emprestou o nome para a região se destaca entre as tribos, ocupavam as áreas mais férteis da região principalmente nas nascentes dos principais rios e riachos.

Com a iminência da vitória do colonizador sobre o indígena as concessões de sesmarias foram distribuídas na região. Pinheiro (2010) afirma que é possível que ainda no final do século XVII tenham se estabelecidos os primeiros núcleos povoadores do Cariri, ainda que as primeiras sesmarias tenham sido oficialmente doadas somente no século seguinte em 1702 e 1703.

Entre 1679 – 1699, num período de 20 anos, foram doadas 261 sesmarias o que representa uma média de 13 cartas por ano. No período seguinte, entre 1700 e 1740, num espaço de 40 anos, foram doadas 1.700 sesmarias, representando uma média de 42 sesmarias por ano (JOSÉ PINHEIRO, 2007, p. 30).

Apesar do poderio bélico e do papel fundamental exercido pela Igreja Católica oferecendo a voz cristã para pacificar o índio a resistência deste não atendia o desejo capitalista do colonizador e com o fim da escravidão indígena, em 1757, a solução foi escravizar outras sociedades. É nesse contexto que entra em cena a escravidão negra com o comércio de pessoas que viviam livremente no continente africano.

Mas assim como os indígenas os negros africanos resistiram à opressão e dominação do colonizador. O quilombo foi uma das mais significativas estratégias de luta contra a opressão da classe dominante. Era um território de resistência e de liberdade, lá viviam também os índios e mestiços marginalizados pelo europeu e seus descendentes.

Embora a questão da identidade ainda seja um desafio<sup>5</sup> em muitas comunidades o debate sobre identidade e etnicidade afrodescendente no Ceará e no Cariri tem reconhecido que a historiografia e o senso comum continuam negando a presença negra no estado. Mas as pesquisas demonstram que as pessoas negras escravizadas se tornaram uma das principais fontes de riqueza na região trabalhando na cana-de-açúcar, algodão e pecuária. Andrade (2005) revela que no ano de 1765 o Cariri contava com cerca de 37 engenhos e a atividade estava em franca expansão da atividade.

No decorrer das primeiras décadas do século XIX grandes mudanças políticas ocorreram no Brasil embora não tenha reduzido à exploração dos recursos naturais e a opressão dos indígenas, negros, mestiços e brancos empobrecidos. O processo de independência do Brasil, em 1822, liderado pelo próprio príncipe regente português não significou mudanças estruturais apenas a transferência de poder de Lisboa para o Rio de Janeiro, fato que já ocorria na prática desde 1808 com a vinda da família real para o Brasil. Não houve, portanto, rupturas com as relações coloniais e as classes menos favorecidas não obtiveram nenhum benefício dessa situação (ANDRADE, 1989).

De 1830 a 1840, durante o período regencial, o governo imperial ficou enfraquecido e surgiram diversas revoltas populares, por razões diversas, sacudiram todo o território brasileiro. No Nordeste cabem destacar a Guerra dos Cabanos, de 1831

---

<sup>5</sup> Dentre as 25 comunidades, apenas seis se auto reconhecem como remanescentes quilombolas, três já receberam o certificado como sendo remanescente de Quilombos, expedidos pela Fundação Cultural Palmares, e as outras três já solicitaram o reconhecimento junto a mesma fundação Palmares.

a 1836, iniciada com o protagonismo de trabalhadores rurais empobrecidos, pequenos proprietários, índios e escravos; a Balaiada e a Revolta dos Malés, na Bahia, em 1835<sup>6</sup>.

No Segundo Reinado as revoltas envolvendo trabalhadores do campo, índios e negros continuaram, como indica Andrade (1989, p.13) “[...] não se pode esquecer a importância de rebeliões eminentemente populares, como a do Ronco de Abelha e a do Quebra Quilos, que assolaram grandes áreas do Nordeste, a partir do território paraibano”.

Subvertendo a ordem dominante essa população oprimida foi se estabelecendo em pequenas comunidades ou de modo isolado em terras devolutas. Isso só foi possível porque a concessão de uma sesmaria não significava a propriedade da terra, somente com a produção sob os requisitos da Coroa é que o sesmeiro garantia a legitimação de sua propriedade, por isso muitas terras foram devolvidas a Coroa possibilitando a concessão a outro sesmeiro ou a ocupação de pequenos camponeses.

Duas semanas após a extinção do tráfico negreiro, em 1850, Dom Pedro II promulgou a Lei nº 601 conhecida como a Lei de Terras. Percebendo que o fim da escravatura era inevitável as classes dominantes apressaram por meio da ordem legal uma estratégia que substituíssem o escravo pelo trabalho assalariado sem ameaçar o poder dos escravocratas. A lei instituía um novo regime fundiário substituindo a sesmaria através da proibição da abertura de novas posses estabelecendo que a aquisição de terras ocorreria exclusivamente por meio de compra, ou seja, o monopólio da classe dominante sobre o escravo se transformava em monopólio sobre a terra (MARTINS, 1995).

A Lei de Terras estabeleceu que as terras devolutas não poderiam ser ocupadas por outro meio que não fosse a compra, é claro que tais preceitos não foram respeitados pela classe dominante e a partir daí, entra em cena uma perversa indústria de grilagem de terras públicas. Em 1854 a Igreja Católica através do Registro Paroquial promoveu uma verdadeira campanha de falsificação dos títulos de sesmarias com objetivo de validar a titulação das propriedades. Nos cartórios oficiais através de suborno aos escrivães as terras griladas foram sendo apropriadas por quem tinha influência política e econômica. Perante o pároco esse registro era feito em livro sob sua guarda tornando-se, em fonte de legitimidade a propriedade fundiária. Sem recursos financeiros e

---

<sup>6</sup> No Cariri duas importantes revoluções ocorreram em 1817 e 1824, conforme explica diversos historiadores regionais como Irineu Pinheiro e José Alves de Figueiredo.



desconhecendo a relação espúria entre Estado e Igreja os posseiros pobres, mestiços, descendentes da escravidão indígena obviamente foram excluídos desse processo.

A leitura dos Registros, porém, mostra que frequentemente essas pessoas foram levadas pelo fazendeiro ao pároco para que declarassem expressamente que as terras que ocupavam eram efetivamente terras dele e não deles. Nesse ato renunciavam, sem o saber, a um direito e formalizavam em nome do fazendeiro, e não em nome próprio, o registro que lhes daria direito a terem como sua a terra ocupada (MARTINS, 2010, p.195).

É nesse contexto de conflitos pela posse da terra que os donos de engenhos e pecuaristas do Cariri brigam pela expansão de suas respectivas atividades. O gado criado solto na Floresta Nacional do Araripe chegava até as áreas de encosta e vale invadindo os cultivos de cana. Os conflitos entre os pecuaristas e donos de engenhos que envolviam também os vaqueiros e os moradores só foram resolvidos quando a Câmara do Crato estabeleceu a resolução nº 640, art. 50, em 1854, que criava uma linha divisória entre os cultivos agrícolas e as áreas destinadas a criação (PINHEIRO, 2010).

Esses conflitos entre duas classes de poder político e econômico revela o novo sentido dado à terra a partir daquele momento, tratada como instrumento de poder e riqueza. Quando a terra era livre o trabalho precisava ser escravo, com o Estatuto da Terra e a abolição da escravatura, as estruturas de poder não seriam abaladas, agora o trabalho era considerado livre, mas a terra se tornou escrava, na prática essas mudanças na forma social e na organização do trabalho não modificou o processo de coerção e exploração do trabalhador rural. O Estatuto da Terra e a abolição da escravatura fez do camponês um ser duplamente excluído: “[...] da condição de proprietário de terras e da condição de escravo, já que não podia ser convertido em renda capitalizada do tráfico colonial (MARTINS, 1995, p.38)”.

Em regiões distantes das áreas densamente povoadas como a zona da mata nordestina o impacto dessas medidas foram mais impactantes (ANDRADE, 1989). No Cariri os escravos abolidos foram abandonados e se embrenharam no meio das matas praticando uma economia de auto abastecimento, alguns se tornaram moradores dos engenhos e nas áreas de pecuária alguns ex-escravos se transformaram em vaqueiros.

Essa massa de deserdados em sua maioria descendentes dos índios, negros e os mestiços, excluídos do direito de posse, foram submetidos a duras condições de trabalho e submissão. Estes trabalhadores, prestando serviços por todo o dia, às vezes em jornadas que se estendem por mais de dez horas de trabalho, recebem diárias de acordo



com a especialidade e a produção de cada um. Salários que não lhes podem dar condições de existência, mesmo modestas (ANDRADE, 2005, p.220).

Apesar disso a relação entre dono do engenho e morador ia além das condições de trabalho, havia uma relação íntima em que o camponês era simultaneamente subordinado e protegido. “Morar de favor” ainda hoje é uma expressão que revela uma relação entre o dono do engenho e o morador que vai além da terra. Dizem os posseiros – “moramos em terra alheia sem pagar renda”. Essa relação envolve também lealdade, o morador defende os direitos da propriedade do senhor do engenho enquanto esse protege o morador.

Com o fim do Império e início da República grandes lutas camponesas ocorreram na transição dos séculos XIX para o XX. Foram movimentos taxados como tentativas de restauração da monarquia e duramente reprimidos pelas forças nacionais e pelas polícias estaduais. Na realidade as mudanças de regime impactavam diretamente os camponeses pelas alterações em relação com a posse de terra e não com as mudanças do regime político (MARTINS, 1995).

### **ENTRE 1889-1930**

As novas relações políticas e econômicas afetaram subitamente a organização do espaço agrário caririense. Com a proclamação da República os líderes políticos/latifundiários ficaram mais poderosos. Chefes políticos municipais ou regionais foram graduados segundo a sua influência. Dispondo de um grande número de trabalhadores os coronéis além de controlar todo o sistema eleitoral da época tinha um verdadeiro exército de jagunços que muitas vezes sem orientação política utilizava-se de seu prestígio e poder para usurpar terras, exterminar inimigos e expulsar camponeses de suas posses.

É nesse quadro de opressão que se destaca a figura do coronel, a partir daí migrar e peregrinar até encontrar uma terra livre da exploração passou a ser uma forma de resistência. No Cariri além da favorabilidade edafo-climática o episódio conhecido como o Milagre de Juazeiro, em 1889, faz da região do Cariri uma das áreas com maior fluxo migratório da época. Trata-se de um fenômeno religioso tendo como figura central o Padre Cícero Romão Batista. Bastante carismático o padre que se envolveu em um suposto milagre logo foi considerado santo e à medida que Juazeiro do Norte crescia sua liderança aumentava entre os coronéis e políticos da região.

Os retirantes chamados de romeiros chegavam ao Juazeiro do Norte-CE, desprovidos de recursos e na maioria dos casos sob a recomendação de Padre Cícero faziam acordos verbais com os proprietários de terra para arranjar uma moradia. Novas comunidades foram surgindo e aumentando a população de outras ocorrendo um verdadeiro reordenamento territorial na região. A maioria se estabelecia na área com maior quantidade de recursos naturais onde hoje são os municípios de Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha (BRITO, 2016).

Nesse cenário de religiosidade popular onde a cidade passou a abrigar muitos peregrinos devotos surgiram inúmeros beatos como José Lourenço que chegou ao Juazeiro por volta de 1890. Imbuído de um forte espírito de liderança e muito carismático o beato José Lourenço, com o aval de próprio Padre Cícero, formou uma comunidade de camponeses livres chamada de Caldeirão da Santa Cruz do Deserto (RAMOS, 2007).

Fugindo da opressão os camponeses passaram a seguir o beato e a população da comunidade foi aumentando transformando o sonho de um território livre da dominação e submissão em realidade era um território onde a fraternidade e a comunhão entre os habitantes constituía uma verdadeira comunidade. Enquanto os romeiro/retirantes aumentavam a população do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto desenvolvendo uma concepção de mundo antagônica ao poder do latifúndio, os coronéis não admitiam que o beato tirasse a farta e barata mão de obra através de um catolicismo popular não reconhecido pela igreja..

A rebeldia desses camponeses não pode ser compreendida apenas como um enfrentamento aos coronéis, eles desafiaram também a igreja católica, que através dos dogmas oficiais pregava a obediência e o conformismo pela condição social para alcançar o reino do céu.

Mas, além da religião a rebeldia camponesa respondia também com violência, assim foi o cangaço, uma forma de organização em que os camponeses rebeldes formavam bandos para atacar fazendas, pequenas vilas e fazendas. A expansão dessa forma de banditismo chegou a ameaçar o poder dos coronéis.

No Cariri um conhecido grupo de cangaceiros denominado “Os Marcelinos” atuou por mais de uma década na região. Segundo Peixoto Junior (2009) o bando surge em 1923 quando três irmãos de sobrenome Marcelino se desentendem com o sub-delegado de Caririzinho Pernambuco. Em 1926 quando o bando assassina o delegado a

fama dos Marcelinos já era enorme estabelecendo roubos, sequestros, saques, extorsões e assassinatos em toda região principalmente entre as cidades de Crato e Barbalha. Quando o bando se encontra com Lampião em 1927 as polícias do Ceará e do Pernambuco já atuavam em conjunto estabelecendo uma violenta perseguição numa campanha que prometia acabar com o banditismo da região.

Em 1928 depois de perder as principais lideranças o restante do bando já enfraquecido foi capturado e levado até a cadeia de Barbalha e na madrugada do dia 14 de janeiro os prisioneiros saem escoltados e são conduzidos em direção ao Crato onde supostamente seriam enviados para a cadeia de Fortaleza, mas ao chegar em um local deserto chamado de Alto do Leitão os condenados são desamarrados e obrigados a cavar suas próprias covas e em seguida são fuzilados impiedosamente.

Essa chacina foi na realidade uma queima de arquivo, visto que o verdadeiro vilão dessa história estava oculto na condição de coronel, de senhor das terras, de político poderoso que se beneficiava de alguma forma com o terror implantado pelos cangaceiros, ora protegendo-os, ora combatendo-os. Se o camponês morador tivesse que assassinar em nome do coronel assim ele fazia, caso não aceitasse essas ordens, um dos caminhos poderia ser o cangaço<sup>7</sup>, ou seja, o cangaceiro era o produto de um sistema político injusto e corrupto conduzido por uma classe dominante com ambições sem limites que recorria muitas vezes a uma violência desmedida.

Tanto o banditismo social dos Marcelinos como o messianismo do beato José Lourenço representaram um questionamento ao poder dos coronéis. O cangaço e o messianismo definiram os limites da rebeldia camponesa, se eles estabeleceram a desordem aos vínculos tradicionais, porque não dizer que praticaram uma resistência de classe.

### **De 1930 até hoje**

Com a morte de Padre Cícero, em 1934, o caldeirão ficou sem proteção e os coronéis tiveram a chance de exterminar a comunidade. Após um covarde e violento bombardeio aéreo e uso de várias expedições por terra à comunidade foi completamente exterminada. Os camponeses que conseguiram fugir se espalharam pela região do Cariri

---

<sup>7</sup> O camponês morador poderia se armar e se transformar em jagunço, mas se não aceitasse a submissão de um coronel poderia se transformar cangaceiro, entre ser jagunço e cangaceiro dependia da relação com o coronel.

vivendo o resto de suas vidas se escondendo sob a ameaça da classe dominante de apagar a memória do caldeirão

Vários movimentos políticos surgiram em todo país, muitos deles distintos entre si, mas foi no Nordeste, no litoral pernambucano que teve origem uma das mais significativas lutas camponesas do século XX. Foi no Engenho Galileia, zona da mata pernambucana, que as Ligas Camponesas surgem em 1955 numa situação de muita opressão aos trabalhadores rurais de cana de açúcar.

As ligas se espalharam rapidamente pelo Nordeste, contando de início com o apoio do Partido Comunista do Brasil e com severa oposição da Igreja Católica. Elas surgiram e se difundiram principalmente entre foreiros de antigos engenhos que começaram a ser retomados por seus proprietários absenteístas, devido a valorização do açúcar e à expansão dos canaviais. Desde os anos 40 os foreiros vinham sendo expulsos da terra ou então, como vimos, reduzidos a moradores de condição, passo para se tornarem trabalhadores assalariados não-residentes (MARTINS, 1995, p. 76).

À medida que os coronéis perdiam força as ligas camponesas e logo depois um amplo movimento de sindicalização foi ganhando espaço na região. Mas a sintonia entre o Partido Comunista e as ligas foi se desgastando, enquanto as ligas tinham uma proposta de revolução camponesa o partido orientava a sindicalização de todos os trabalhadores do campo com uma coexistência pacífica com a burguesia. Para Martins (1995) o partido tinha uma posição anti-imperialista e defendia as reformas sociais e as eleições como caminho para mudança, sem, entretanto transformar as bases do regime.

As divergências surgiram a partir do posicionamento de Francisco Julião, presidente das ligas, em relação ao PCB, Julião estava entusiasmado com os movimentos revolucionários camponeses de Fidel Castro em Cuba, em 1958, e da China, liderada por Mao Tse-Tung. O PCB, fortemente arraigado em Marx e Lenin, não admitia que no Brasil a revolução ocorresse por outra via que não fosse o operariado urbano. Andrade (1989, p.29) explica a proposta da revolução democrática burguesa do PCB:

[...] o operariado deve aliar-se à burguesia progressista para fazer a revolução e para extinguir os restos feudais, antes da revolução socialista, o que justificaria a grande preocupação do partido em organizar um movimento que não entrasse em choque como governo federal, então de linha populista, com sindicatos que agrupassem os trabalhadores rurais assalariados a aplicação da Consolidação das Leis do Trabalho e lutassem pela aprovação, no parlamento, de uma série de leis que reconhecessem os direitos dos trabalhadores.

No Cariri os camponeses participaram ativamente do processo de sindicalização. Em 1954 ocorreu a I Conferência Regional dos Trabalhadores do Nordeste na cidade de Fortaleza, 22 plenárias foram realizadas em diferentes regiões. Em Limoeiro, no Ceará, os camponeses entraram em choque com a polícia que agiu de forma violenta para encerrar o evento. No Cariri ocorreram plenárias nas cidades de Crato, Assaré e Várzea Alegre. Os camponeses do Cariri participaram da II Conferência Nacional de Trabalhadores Agrícolas realizada na cidade de São Paulo, em 1954, na ocasião foi fundada a ULTAB.

A participação nessas conferências encorajou os camponeses do Cariri a enfrentar a opressão do patrão e a lutar por direitos, como aconteceu em 1956 quando ocorreu uma greve no Engenho da Bebida Nova no município do Crato. Silva (2010) *apud* Brito (2016) em pesquisa documental afirma que os trabalhadores rurais do referido engenho recebiam diária de 12 cruzeiros, na época o salário mínimo por lei no Crato era de 60 cruzeiros, a greve teve início com a reunião dos trabalhadores sobre o monte de bagaços de cana, o feitor foi avisado que ninguém voltaria ao trabalho exigindo o pagamento de 40 cruzeiros. A greve terminou vitoriosa, o patrão cedeu pagando diárias de 35 cruzeiros, uma cabaça de mel, um feixe de cana e rapadura toda semana.

O PCB tentou organizar a luta camponesa no Cariri, mas a Igreja Católica atuou no sentido de anular as ações comunistas. Em meados da década de 1950 uma equipe do PCB foi designada a transitar pela região do Cariri com o objetivo de incentivar a articulação dos camponeses. Na época havia um contexto intenso de exploração do camponês, sendo selecionados os municípios de Santana do Cariri, Crato, Barbalha, Juazeiro do Norte, Porteiras, Brejo Santo e Jardim. Associações de Lavradores foram organizadas nessas cidades, onde ocorriam debates sobre os direitos trabalhistas, posse da terra e questões que envolviam as comunidades.

Posteriormente, com as mudanças nas bases do partido, tais Associações vão sendo substituídas por outros tipos de organizações, como a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícola do Ceará (ULTRAC), fundada em 1955 e que congregou inúmeros camponeses no Cariri, e a Federação dos Lavadores e Trabalhadores Agrícolas do Estado do Ceará (FALTRAC), fundada em 1957 (SILVA, *apud* BRITO, 2016, p.217).

A igreja conseguiu anular a articulação dos comunistas na região e de modo contraditório assumiu um papel importante de apoio nesse processo de fundação do primeiro Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Ceará em 1962, ainda que de modo dogmático, foi fundamental na luta em questões de posse de terra. Nesse processo foi importante o trabalho do Movimento de Educação de Base (MEB) que tinha o objetivo de contribuir para a luta dos camponeses, sobretudo na organização de base. O MEB era constituído por uma ala progressista da Igreja Católica dedicada ao trabalho nas pastorais.

A Igreja escolhia as lideranças e capacitava com objetivos de assumir cargos importantes. É claro que os camponeses não seguiram a risca a intervenção dogmática da Igreja:

Foi criada a ELIRU – Escola de Líderes Rurais, a qual recebia permanentemente formação de profissionais ligados à igreja advindos de São Paulo, que capacitavam camponeses em organicidade sindical e práticas agrícolas. A instituição realizava incursões pelas comunidades, cursos e, até 1962, conseguiu articular a fundação de cinco sindicatos dos Trabalhadores Rurais no Crato, em Juazeiro do Norte, Barbalha, Várzea Alegre e Brejo Santo. Esses tinham atuação regional de acordo com as cidades próximas e a Diocese conseguia chegar com orientações sindicais a 22 municípios (BRITO, 2016, p.218)

A presença da Igreja Católica na organização camponesa se por um lado consolidou a sindicalização do homem do campo por outro tinha como objetivo anular as ações das ligas camponesas e dos comunistas. A partir de 1962 a Igreja entrou na disputa para ter controle na Confederação dos Trabalhadores Agrícolas. Em 1963 quando foi promulgada a legislação trabalhista a igreja já estava preparada para ajudar os camponeses a serem reconhecidos como sindicalizados junto ao Ministério do Trabalho.

A preocupação era com a agitação que estava chegando ao campo, com a possibilidade da Igreja perder os camponeses, como tinha perdido os operários. A questão era desproletarizar o operário dos campos, evitar o êxodo que levava os trabalhadores para a cidade e os tornava vulneráveis à agitação e ao aliciamento dos comunistas [...] (MARTINS, 1995, p.88).

Em 1964 quando as forças conservadoras do Brasil tramaram o golpe militar o movimento revolucionário dos camponeses estava em refluxo pelas ações da Igreja Católica e pelas divergências do PCB. Mas foi com a justificativa da revolução que os militares agiram de forma brutal contra as organizações camponesas cometendo as mais terríveis atrocidades às lideranças camponesas com forte apoio dos velhos coronéis nordestinos.

Com as ligas camponesas<sup>8</sup> liquidadas e sob o discurso de modernização econômica os militares promoveram uma intensificação da concentração fundiária ocorrendo o maior êxodo rural da história do Brasil. As décadas de 60 e 70 estão entre os períodos mais violentos no campo brasileiro, entre 1964 e 1971 a região Nordeste registrou o maior número de assassinatos no campo, era como uma vingança dos militares em aliança com os coronéis contra qualquer tentativa de projeção dos ideais das Ligas Camponesas (FERNANDES, 2001).

À medida que os conflitos fundiários se multiplicavam com a invasão dos territórios dos povos indígenas e quilombolas as grandes empresas passavam a dominar a produção, comercialização e industrialização dos produtos agrícolas. Martins (1995) adverte que até 1964 a luta camponesa tinha sua base social nos arrendatários, parceiros e foreiros que se encontravam em situação precária e extorsiva de arrendamento sendo constantemente ameaçados de expulsão da terra. Com o golpe militar surge um novo personagem nas lutas camponesas, o posseiro.

A surpreendente promulgação do Estatuto da Terra no Governo Castelo Branco tinha como objetivo tirar qualquer possibilidade de uma reforma agrária realizada pelos grupos de esquerda. Anulava-se, portanto, uma possível revolução na estrutura agrária brasileira na medida em que autorizava a desapropriação de terra e a implantação de grandes projetos de colonização.

[...] passou-se a dar prioridade a uma agricultura voltada à exportação para outras regiões do país e para o exterior. Foi o período chamado “milagre brasileiro”, quando o Governo fazia a propaganda de “exportar é desenvolver”. Esta é ainda hoje a política dominante (ANDRADE, 2005, p.270).

Na década de 1980 com o fim da ditadura militar houve um aumento da pressão social em torno das lutas camponesas, a força exercida pelos partidos de esquerda como o PT, a CUT, a CNBB, as CEBs e a própria CPT denunciavam a crescente violência no campo. A pressão faz com que no governo José Sarney elaborasse o 1º PNRF em 1985. A resposta foi imediata, os latifundiários fizeram uso extremado da violência para garantir a propriedade privada. A UDR – União Democrática Ruralista foi criada com o

---

<sup>8</sup> Martins (1995) lembra que na ditadura as ligas camponesas tentaram organizar uma guerrilha para atingir a revolução camponesa, campos de treinamento chegaram a ser instalados em Goiás, mas o exército descobriu a articulação e acabou com qualquer tentativa de reação armada dos camponeses.



objetivo de convergir os latifundiários para defender suas propriedades se organizando politicamente para defender seus interesses (OLIVEIRA, 2001).

### **De 1986 até hoje**

Nas últimas décadas do século XX o capitalismo global apresentou um novo estágio de poder passando a ser dominado pelo capital financeiro. Mais do que nunca a discussão em torno do campesinato para uma melhor compreensão depende necessariamente do entendimento do modo como à produção capitalista se desenvolve.

Com os governos neoliberais fica explícito o papel do capital no meio rural que é dominar tudo e subordinar todos com objetivo de ter um monopólio na produção, distribuição e industrialização. Nesse período fica evidente o caráter rentista do capitalismo no campo, a fusão entre o capitalista com o proprietário de terra fica cada vez mais consolidado. Os presidentes Collor de Melo, Itamar Franco e principalmente Fernando Henrique Cardoso foram responsáveis pela implantação das políticas neoliberais no Brasil que afetaram profundamente os camponeses. Com FHC foram criadas inúmeras estratégias para marginalizar e criminalizar os camponeses e um dos mais sucedidos instrumentos de repressão estava relacionada à política de reforma agrária<sup>9</sup>.

É nesse quadro de políticas neoliberais e aumento da repressão aos movimentos sociais que as lutas dos camponeses através dos movimentos sociais se disseminaram na década de 1990. Entre as lutas camponesas do Brasil consideramos que o MST ocupa um lugar privilegiado. Esse movimento conseguiu solidificar uma pauta de luta em caráter nacional e nos governos neoliberais conseguiu se projetar para outras regiões nesse período.

As ações do MST são objetivas, através das ocupações o movimento pressiona o Governo Federal para execução da política de assentamentos. Sob o lema de ocupar, resistir e produzir<sup>10</sup> o movimento vai se territorializando pelo país representando a luta pelo direito de entrar e produzir na terra. Trata-se de uma luta de expropriados que

---

<sup>9</sup> Para Fernandes (2001) a chamada Nova Reforma Agrária contava com o Banco da Terra onde a política de compra e venda substituiria as ocupações, criou a reforma agrária pelo correio e uma série de políticas como a não realização de vistorias de terras ocupadas e a proibição de assentar famílias que participassem de ocupações.

<sup>10</sup> As palavras de ordem foram mudando ao longo da caminhada, a mais marcante foi criada na década de 1990 em um dos períodos mais tensos para o movimento: *Ocupar, Resistir e Produzir*.

rejeitam formas de vida diferentes da vida no campo negando a condição de proletariados do campo. A enorme concentração fundiária e a crescente acumulação de capitais nas mãos de poucos, ligados a outros fatores, são as causas que colocam a Reforma Agrária como necessidade e bandeira de luta dos camponeses.

O Caldeirão foi tomado como modelo a ser seguido por Trabalhadores Sem Terra da região do Cariri Cearense, mesmo após mais de meio século de sua destruição, que articulados pelos sindicatos rurais e pelo Movimento de Trabalhadores Rurais – MST ocuparam no dia 10 de Abril de 1991 a Fazenda Caldeirão Crato CE. Os camponeses que ocuparam o caldeirão reivindicaram um espaço que historicamente pertenceu a uma comunidade camponesa e que se encontrava abandonada sem exercer sua função social, desejavam (re) conquista-la.

Apesar de possuírem características peculiares e estarem inseridas em contextos históricos distintos que as diferenciam, é importante compreender o Caldeirão e o Assentamento 10 de Abril pelo seu objetivo central, caracterizado pela conquista da terra de trabalho, longe da opressão e exploração e na busca de um desenvolvimento social mais justo, capaz de assegurar aos seus participantes o exercício da cidadania, ao desenvolver práticas agropecuárias diversificadas que tem contribuído para o fortalecimento de feiras agroecológicas no município de Crato – CE.

Outro significativo instrumento de marginalização das lutas camponesas foi a criação e difusão pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA de políticas públicas da chamada agricultura familiar como superação do campesinato. Com uma ampla frente de intelectuais capitaneados pelo MDA foi criado ainda o Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD) e logo a agricultura familiar e sua interação com o mercado se tornou a voz predominante nos sindicatos e associações de trabalhadores rurais (OLIVEIRA, 2001).

O novo paradigma da agricultura familiar apresenta como característica basilar o Estado como central na criação e execução de projetos para que os camponeses se integrem ao mercado. Esse paradigma, de acordo com Fernandes (2001) se refere ao Novo Mundo Rural e propõe um conjunto de políticas que apesar de reconhecer a importância dos pequenos agricultores para o desenvolvimento do campo insere o camponês na lógica de produção do capital destituindo o sentido histórico das lutas camponesas.

Essa noção da agricultura dos pequenos proprietários, que ignora os conflitos agrários e não apresenta uma perspectiva de luta contra o capital, está presente no bojo de políticas do Banco Mundial, fruto dos programas neoliberais, para o desenvolvimento rural nos países subdesenvolvidos. Fernandes (2001) considera que a dimensão teórica desse paradigma avança a partir do reconhecimento político de que o trabalho familiar está presente no desenvolvimento do capitalismo, relativizando a noção de que apenas as relações capitalistas se desenvolvem na agricultura. Mas o autor também considera o paradigma um atraso, visto que ao ficar submisso às políticas formuladas pelo Estado ignora a luta e os conflitos contra o capital.

No Ceará as políticas neoliberais foram gestadas em 1986 com a eleição de Tasso Jereissati para o Governo do Estado. Tasso era representante de um grupo político cada vez mais coeso que ganhou espaço na política estadual com um discurso de combate ao coronelismo prometendo profundas mudanças políticas e econômicas.

De fato, tais mudanças logo começaram a transformar o Ceará. Com um perfil empresarial o governo de Tasso e seus sucessores representaram a tendência contemporânea de desenvolvimento do capitalismo fazendo do meio rural do Ceará um verdadeiro laboratório de políticas neoliberais. No campo ocorreu uma inserção de tecnologias na produção agrícola e uma integração a nova lógica gerencial/produtivista com políticas de infraestruturas idealizadas para atender essa lógica de desenvolvimento (BRITO, 2016).

Observando que tais empreendimentos estão territorializados exatamente onde existe a maior oferta hídrica defendemos a ideia de que a região do Cariri está na mira do agronegócio. Os indícios apontam nessa direção, tais como a criação da Região Metropolitana do Cariri RMC, em 2009, o projeto de regularização fundiária<sup>11</sup>, a criação do curso de Agronomia da UFCA, em 2007, a execução da ferrovia Transnordestina e da Rodovia Padre Cícero, a aquisição pelo Governo do Estado da propriedade e das instalações da antiga Usina Manoel em Barbalha.

Mas as evidências mais concretas para a projeção do Cariri como um novo eixo de desenvolvimento é a execução do Cinturão das Águas do Ceará – CAC. A obra é um

---

<sup>11</sup> Realizado em 2011 pelo Governo do Estado do Ceará, através da Secretaria de Desenvolvimento Agrário com a execução do IDACE. O estudo utilizou tecnologia moderna em sensoriamento remoto, GPS e Geoprocessamento para proceder o mapeamento da estrutura fundiária dos municípios e implantar um sistema de cadastro de georeferenciamento de Imóveis Rurais em todo o estado, em parceria com o MDA, INCRA e as prefeituras municipais. O resultado do estudo constatou micro regiões ocupadas ainda por posseiros.

audacioso projeto do Governo do Estado do Ceará que será constituída de canais, túneis e sifões com extensão de 1338,56km dividida em três trechos e cinco ramais com previsão de pelo menos dez anos para ser concluída impactando todas as bacias hidrográficas do estado. O Trecho 1 é o único em execução tendo início em 2013 serão 149,85 km de extensão cortando oito municípios do Cariri.

Submetidos a expropriação do CAC os camponeses do Baixio das Palmeiras, distrito rural do município de Crato vem desencadeando uma das mais significativas lutas camponesas da região. Em decorrência da obra as terras ocupadas há mais de quatro gerações pelos camponeses estão sendo violentamente expropriadas pelo Estado para construção do canal superficial tirando a oportunidade de trabalho de centenas de meeiros, arrendatários e outros trabalhadores rurais.

Organizados através da Associação Rural do Baixio das Palmeiras os camponeses e seus apoiadores conseguiram paralisar a obra em um trecho de mais de quatro quilômetros de extensão que corresponde a uma das áreas mais férteis e produtivas da região. Foram inúmeras denúncias no Ministério Público, Defensoria e Promotoria, fizeram dezenas de reuniões e audiências para discutir os impactos negativos da obra, se mobilizaram em manifestações e passeatas pelas ruas da região.

Enquanto o Estado avança redefinindo o espaço agrário os camponeses do Baixio das Palmeiras lutam por autonomia, lutam por liberdade, resistem à expropriação e a expulsão violenta do Estado em defesa de suas terras, terras de vida, terras de identidade e terras de trabalho.

Soma-se a luta dos camponeses do Baixio das Palmeiras a organização de dezenas de comunidades em torno da rede de intercâmbio de sementes crioulas que é uma organização social difundida por instituições como a Cáritas Diocesana do Crato e a Associação Cristã de Base – ACB que desenvolvem ações de agroecologia na região.

Essas organizações crescem na região especialmente em áreas vulneráveis como o próprio Assentamento 10 de Abril e o Baixio das Palmeiras. Através de ações simples como a produção em roças comunitárias para se livrar do controle das sementes feito pelas grandes empresas representam uma resposta de alto nível ao grau de resistência em que os camponeses expropriados podem dar ao Estado.

## **CONCLUSÃO**

Consideramos que apesar de ocorrerem em diferentes momentos da história e possuírem características diversas relacionadas aos diferentes estágios do desenvolvimento do capitalismo, tanto a Comunidade Caldeirão / Crato /CE, Ligas Camponesas de Sapé (PB) e do Engenho da Galileia (PE) , Assentamento 10 de Abril , Comunidade Chico Gomes e Comunidade Baixio das Palmeiras Crato /CE, são exemplos de um modelo diferenciado de trabalho no campo baseado em princípios coletivistas, que se apresentam como uma das formas alternativas ao modelo proposto e imposto pelo governo que historicamente tem patrocinado a organização espacial em função da acumulação de capital dos grande proprietários fundiários, do capital agroindustrial ,comercial , financeiro e que recentemente atende aos interesse do agronegócio num modelo de desenvolvimento apoiado no Novo Mundo Rural financiado pelo Banco Mundial desde 1990.

Concordamos com FERNANDES (2001), quando afirma que “as referencias teóricas e as experiências históricas são fundamentais para construção de novas práticas na luta contra o Capital”. Portanto compreender as estruturas sociais, políticas e econômicas nas quais estão inseridas as comunidades camponesas é um passo para entender a construção desses movimentos e a sua atuação na luta por espaços políticos e pela construção de um novo modelo social com mais justiça e igualdade.

## **REFERÊNCIAS**

ANDRADE, M. C. A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 7º ed. São Paulo: Cortez, 2005.

ANDRADE, M. C. Lutas camponesas no Nordeste. 2º ed. São Paulo: Ática, 1989.

BRITO, A. C. R. Águas para que(m): grandes obras hídricas e conflitos territoriais no Ceará. Editora CRV - Curitiba, 2016.

FERNANDES, B. M. Brasil: 500 anos de luta pela terra. Artigo publicado na Revista de Cultura Vozes

FERNANDES, B. M. Questão agrária, pesquisa e MST. São Paulo, Cortez, 2001.

MARTINS, J. de S. Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 5º ed. Petrópolis – Vozes, 1995.

MARTINS, J. de S. O cativo da terra. 9º ed. São Paulo: Contexto, 2010.

NOBRE, F. W. Baixo das Palmeiras: apontamentos geográficos, culturais e historiográficos. Juazeiro do Norte: BSG, 2015.

OLIVEIRA, A. U. de. Alonga marchado campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. Estudos avançados, N° 15, vol. (43), p. 196 – 206, 2001.

OLIVEIRA, A. U. A geografia das lutas no campo. 8° ed. São Paulo: Contexto, 1997.

OLIVEIRA, A. U. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In. CARLOS, A. F. A. (Org.). Novos caminhos da geografia. 5° ed. São Paulo: Contexto, 2007.

PINHEIRO, Irineu. O Cariri. Coedição Secult/Edições URCA. Fortaleza: edições UFC, 2010. (Fac-símile da edição de 1950).

STÉDILE, J. P. Questão Agrária no Brasil. 11° ed. São Paulo: Atual, 2011.